



Na Mídia

02/04/2024 | [Valor Econômico](#)

Enel pode ter 'vida difícil', mas não deve perder concessão

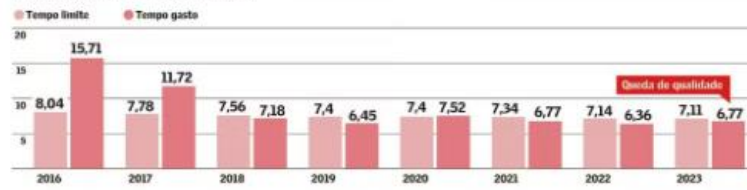
Indicadores de qualidade estão dentro dos limites estabelecidos pela Aneel, o que dificultaria romper contrato, dizem especialistas

Fábio Couto | Robson Rodrigues

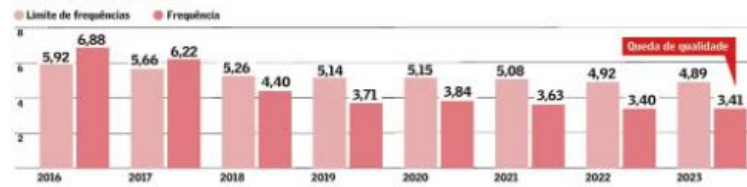
Qualidade da energia da Enel sob escrutínio

Evolução dos indicadores de qualidade da distribuidora nos últimos anos

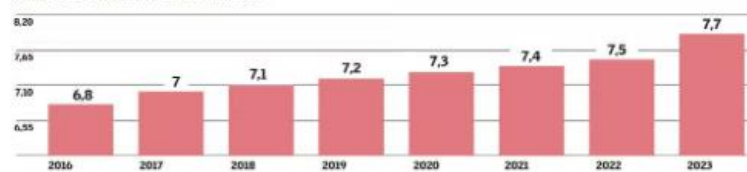
Duração das interrupções (em horas)



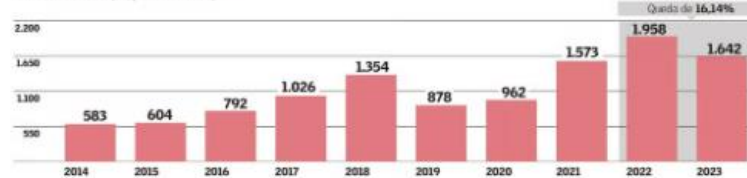
Frequência das interrupções



Número de consumidores (em milhões)



Investimentos (R\$, em milhões)



13,84%

Percentual de reclamações de consumidores entre os anos 2020 e 2024 contra a Enel São Paulo

42.562 km

Extensão das linhas de distribuição na área de concessão da Enel São Paulo

24

Total de municípios que integram a área de concessão

18 milhões

População atendida pela Enel São Paulo

163

Número de subestações

4.526 km²

Área de concessão da Enel São Paulo

Os problemas de qualidade de fornecimento de energia elétrica devem tornar a vida da Enel Distribuição São Paulo mais difícil, especialmente no processo de renovação do contrato de concessão, que vence em 2026. Pressões políticas e da opinião pública tendem a crescer, ao mesmo tempo que a tolerância de autoridades reguladoras para as falhas pode se reduzir em igual proporção. Porém, a chamada caducidade, medida administrativa na qual governo decide cassar a outorga, é mais improvável, de acordo com especialistas ouvidos pelo Valor.

O mais recente sinal de que a empresa terá dificuldades no campo institucional se deu na segunda-feira (1º), quando o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse em entrevista ao programa “Em Ponto”, da GloboNews, que determinou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a abertura de um processo disciplinar contra a empresa que pode levar à cassação do contrato de concessão. A iniciativa se deu após “episódios reiterados” de interrupção do fornecimento de energia na área de concessão da empresa.

Desde novembro, quando São Paulo enfrentou um temporal de grandes proporções, a empresa ficou sob escrutínio. Os equipamentos da companhia sofreram com a tempestade e com ventos acima de 100 quilômetros por hora. Segundo o balanço de 2023 da Enel São Paulo, em três horas, o temporal extremo afetou 2,1 milhões de clientes, o que corresponde a 25% do total da companhia, ou 193 vezes a média de clientes interrompidos em condições normais.

Na ocasião, a Enel afirmou que recebeu mais de 1.300 chamados para quedas de árvores. Consumidores atingidos ficaram sem energia por até uma semana. Em meados de fevereiro, a Superintendência de Fiscalização Técnica da Aneel multou a Enel São Paulo em R\$ 165,8 milhões. A companhia recorreu à diretoria da agência.

Para uma fonte respeitada no setor elétrico, a Enel não deve perder a concessão da distribuidora, adquirida em 2018 das mãos da AES, mas deve ter “vida dura” no governo e na Aneel, especialmente no quesito qualidade no fornecimento. Para a fonte, a empresa até teve uma oportunidade de melhorar a imagem após o temporal de novembro, com as ações tomadas a fim de elevar a qualidade de fornecimento, sem sucesso.

O risco de que o governo adote a caducidade da concessão da Enel, porém, é baixo exatamente porque os indicadores de qualidade são bons, dentro dos limites estabelecidos pela Aneel (ver reportagem Indicador de qualidade da Enel em São Paulo está melhor que limite da Aneel), ainda que a percepção dos consumidores seja pior do que os números podem sugerir.

A mesma fonte diz que a caducidade poderia sugerir ao mercado uma intervenção indevida do governo. Ela lembra que problemas posteriores ao temporal deterioraram ainda mais a imagem da empresa, o que já deve dificultar o processo de renovação das concessões, não só da Enel, mas de todas as 20 distribuidoras cujos contratos vencem a partir de 2025.

Na avaliação da sócia da área de Energia do escritório Demarest, Rosi Costa Barros, o processo disciplinar “determinado” pelo ministro Alexandre Silveira é um passo anterior ao estabelecimento de um processo administrativo no âmbito da Aneel. O processo disciplinar tem um caráter mais “educativo”, enquanto no processo administrativo ocorre a apuração do desempenho da empresa frente às obrigações contratuais, com a garantia de ampla defesa e possíveis punições, de multas a recomendação de caducidade da concessão.

“A determinação de caducidade de uma concessão é uma medida extrema que precisa ser precedida de um processo administrativo amplo, devendo ser determinada somente em casos extremos em que a empresa não tenha condições de contornar o inadimplemento ou que medidas intermediárias se tornem infrutíferas. Em qualquer processo dessa natureza, o concessionário deve ser ouvido, para que lhe seja dado o direito de ampla defesa e, caso haja algum fator que seja reconhecido como excludente de responsabilidade, tal fator deve ser levado em consideração”, diz a advogada.

Apesar do forte tom da fala de Silveira, Barros não entende que o posicionamento do ministro dê margem para insegurança jurídica, já que, segundo ela, está havendo um problema de qualidade na prestação do serviço. Outra fonte, especialista em relações institucionais, avalia que a crise, que combina aspectos técnicos com políticos, poderia abrir espaço para uma eventual venda da distribuidora paulista, numa espécie de saída honrosa da empresa do negócio.

Empresa diz que média de investimento é de R\$ 1,4 bilhão por ano desde 2018

O presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, ressalta que a fala de Silveira é mais política do que técnica, já que a Enel tem cumprido o que o agente regulador determina. Entretanto, ele faz ressalvas aos dados apresentados. “Apesar de vermos indicadores melhorando, no dia a dia o cidadão não vê isso. Falta um indicador da qualidade para medir essa percepção. Além disso, quem produz estes números são as concessionárias. Gostaria de ver estes números auditados”, diz.

Na visão do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee), Marcos Madureira, o MME tem a prerrogativa de pedir processo disciplinar, com a certeza de que será respeitado o direito ao contraditório e os elementos necessários para a completa avaliação. “A Abradee está segura de que esse procedimento trará a necessária análise da agência reguladora, considerando a prestação de serviço da companhia ao longo do contrato de concessão vigente, e não apenas os eventos recentes, de forma a garantir a perenidade da distribuição de energia elétrica”, disse Madureira em nota.

Procurada, a Enel afirmou em nota que desde 2018, quando assumiu o controle da antiga Eletropaulo, foram investidos R\$ 8,36 bilhões, sendo em 2022 e 2023 “volumes totais recordes de investimentos”. Segundo a empresa, a média de investimentos por ano na área de concessão é de cerca de R\$ 1,4 bilhão, contra um investimento médio anual de R\$ 800 milhões realizado pelo controlador anterior. A Enel ressaltou que já pagou parte das multas aplicadas pela Aneel e outras encontram-se em fase de recurso, seguindo trâmites normais do setor.

Dymitry Wajzman, presidente da Utilities Telecom & Technology Council na América Latina (Utcal), associação mundial de telecomunicações para empresas de energia, gás e saneamento, avalia que a Enel deveria priorizar aumento de equipes e passar a realizar podas de árvores em conjunto com as prefeituras. Para ele, há no Brasil uma tolerância mínima para cortes no fornecimento da energia elétrica, o que não se vê em serviços como telecomunicações, saneamento e bancos, e diferente do que se verifica em outros países.

Hoje, São Paulo tem tarifa residencial média de R\$ 680 por megawatt-hora (MWh), abaixo da média do Brasil. Entretanto, os cidadãos atendidos pela Enel passam, em média, 6,7 horas sem energia por ano. Na Itália, sede da empresa, essa média é de apenas 15 minutos. Em entrevista ao Valor em 3 de março, o CEO da Enel Brasil, Antonio Scala, destacou que a maioria da infraestrutura na Itália é subterrânea, diferentemente do padrão estabelecido durante o desenvolvimento das redes de distribuição aérea no Brasil.

Esse padrão, segundo ele, permite a eletrificação rápida e econômica. “Este é um ponto importante em um país de dimensões tão grandes e de crescimento tão forte (...). A decisão que foi feita no passado deste tipo de padrão no Brasil tem seu sentido, porque foi algo que efetivamente permitiu universalizar a distribuição de energia no país”, disse Scala na época.

Além dos problemas em São Paulo, a Enel enfrentou infortúnios na concessão em Goiás, com críticas públicas do governador Ronaldo Caiado contra a operação da companhia, alegando falta de investimentos e descumprimento de metas de qualidade. A Enel se desfez da concessão, comprada pela Equatorial no fim de 2022.

Os italianos tentam se desfazer da concessão no Ceará, ainda sem compradores. Em novembro passado, a Enel suspendeu a venda da distribuidora à espera das novas regras de para a renovação das concessões. No Estado, também há queixas quanto à prestação do serviço. Em agosto de 2023, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a conduta da empresa.

